

F  
378.81  
M527

ARNON DE MELLO

Senador da República

PROBLEMAS  
DE  
EDUCAÇÃO

F  
378.81  
M527

Serviços Gráficos GAZETA DE ALAGOAS

Maceió — Alagoas

*Discursos do Senador Arnon de Mello no Senado Federal já publicados :*

**Energia Nuclear**  
**Desenvolvimento Científico e Tecnológico**  
**Pesquisa**  
**Emigração de Cientistas**  
**Cientistas-Meninos**  
**Ciência e Democracia**  
**América Latina : Educação e Progresso**  
**Inquérito Parlamentar Sobre o "Brain Drain"**  
**Perfis**  
**Responsabilidade do Legislador**  
**Vereadores**  
**Pelé no Senado**  
**Legislação Social e Desenvolvimento ( 1930-1964 )**  
**Alagoas, Petróleo e Petrobrás**  
**Resposta ao Senador Edward Kennedy**  
**Comunidade Luso-Brasileira**  
**Brasil, Passado e Presente**  
**Rondon, Telecomunicação e Desenvolvimento**  
**A Transamazônica e o Desenvolvimento do Nordeste**  
**Açúcar : Fator de Equilíbrio da Unidade Nacional**

---

**outros discursos:**

**UMA EXPERIENCIA DE GOVERNO**  
**Livraria José Olympio Editôra — Rio**

---

~~Para correspondência e pedidos:~~

Rua México, 168 — 10.º — Salas 1001/05  
Rio de Janeiro

Senhor Presidente: (\*)

Desejo antes esclarecer os meus eminentes colegas sobre as razões que me levaram a propor a convocação de S. Ex<sup>ª</sup> o Sr. Ministro da Educação a este plenário. Preparava-me eu para falar desta tribuna sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, quando tive a alegria de encontrar-me com S. Ex<sup>ª</sup> no avião que nos levava ao Rio. Velho amigo e admirador de S. Ex<sup>ª</sup>, permiti-me referir-lhe o discurso que aqui deveria pronunciar na semana seguinte, e ressaltai que um dos pontos de estrangulamento do nosso progresso se situava exatamente no nosso sistema educacional desatualizado, sem correspondência com a realidade dos novos tempos. S. Ex<sup>ª</sup> debateu comigo vários aspectos do problema, e eu lhe aventei a idéia de vir falar-nos nesta Casa, a fim de que a Nação tivesse ciência, pela própria voz de S. Ex<sup>ª</sup>, da posição do Governo em setor de tão profunda importância para o nosso futuro. Verifiquei com prazer que a minha sugestão coincidia com o seu desejo, pois velho parlamentar, se sente bem S. Ex<sup>ª</sup> no contato com os colegas do Senado.

Já ouvimos aqui a exposição escrita de S. Ex<sup>ª</sup>, dando conta do que, neste ano passado, fez em favor do ensino no Brasil. Felicito S. Ex<sup>ª</sup> pelas boas intenções e pelos esforços despendidos.

---

(\*) — Palavras pronunciadas pelo Senador Arnon de Mello, na sessão do Senado Federal em Brasília, a 22 de maio de 1968, quando, por sua iniciativa, ali compareceu o Ministro da Educação e Cultura, Sr. Tarso Dutra.

## O MINISTÉRIO MAIS IMPORTANTE

Se me perguntassem, Senhor Presidente, qual o Ministério mais importante dêste país, eu não vacitaria em apontar o Ministério da Educação e Cultura. Sim, em primeiro lugar, porque temos 25 milhões de analfabetos, a nossa estrutura educacional é obsoleta e o nosso sistema universitário fora de vila e termo. Depois, todos sabemos que educação é poder, educação é futuro, educação é base de qualquer programa de desenvolvimento. Com a educação o homem chegou à ciência e fez as descobertas; com a educação alcançou a tecnologia e aproveitou e desenvolveu as descobertas; e é ainda com a educação, fonte de conhecimento, que o homem tenta controlar as forças da natureza que vem libertando e revivendo.

## COMPETIÇÃO URSS X USA

A competição entre a Rússia e a América do Norte está, como se sabe, menos no campo atômico ou espacial que no campo educacional. Para êsses países é mais importante saber quantos engenheiros e quantos cientistas forma por ano cada um deles do que quantas bombas fabrica. A Rússia e os Estados Unidos são os países que mais recursos despendem com educação, proporcionalmente ao produto interno bruto. O que especialmente importa, para o desenvolvimento, não é a produção mas a produtividade. E esta, que reduz os custos e facilita o acesso das massas aos alimentos e aos bens de consumo, só se obtém com a educação, que amplia o conhecimento e desenvolve a tecnologia. E' investimento com o qual se adquire a criatividade e o futuro. Galbraith compara-a ao pão, que utilizamos e consumimos, e, também, "a uma barragem ou um canal, alguma coisa em que investimos para produzir mais no futuro". Na Rússia, calcula-se que um milhão de rublos aplicados em educação superior durante uma década aumenta anualmente o Produto Nacional Bruto em 33 vezes

o montante daquele investimento. A Alemanha, a Inglaterra, a França ampliam dispêndios com a educação para acelerar o seu desenvolvimento.

## EM CUMPRIMENTO DO MANDATO

O Sr. Ministro da Educação disse em sua exposição escrita que aqui estava para debater conosco os temas da sua responsabilidade, num diálogo franco, aberto. Folgo com a disposição manifestada por S. Ex<sup>ª</sup>. Sendo a sua pasta de tão excepcional importância e tão graves os problemas que lhe competem, justa é a curiosidade da Nação com referência a eles como imperativo o nosso interesse em ouvir a palavra de S. Ex<sup>ª</sup>.

É, portanto, no cumprimento de um dever do mandato popular de que estou investido, que dirijo ao Sr. Ministro da Educação algumas perguntas muito francas, certo de que com a mesma franqueza serão por S. Ex<sup>ª</sup> respondidas.

Aqui, no Senado, ao convocarmos um Ministro de Estado, costumamos mandar-lhe, na véspera do seu comparecimento a este plenário, as indagações que o Senador convocante pretende dirigir-lhe. Entretanto, o Sr. Ministro da Educação preferiu não ter conhecimento antecipado das perguntas que eu desejaria fazer-lhe, e respondê-las no improvisado dos debates. Bem sei que não lhe faltam qualidades de orador e de *debateur* e que, embora há apenas pouco mais de um ano no Ministério da Educação, já está bem inteirado dos seus assuntos.

S. Ex<sup>ª</sup> é parlamentar, membro dos mais ilustres da Câmara dos Deputados, investido agora de missão do Poder Executivo. Sabe S. Ex<sup>ª</sup> das nossas responsabilidades, como representantes do povo. Somo ambos, ademais, do mesmo Partido, suporte do Govêrno que S. Ex<sup>ª</sup> integra e honra. Mas, como bem sabemos, apoio quer dizer participação, e para melhor participar é indispensável o direito de informar-se tanto quanto a liberdade de opinar. Não me tome S. Ex<sup>ª</sup> por indis-

creto se me excedo na curiosidade, nem me considere menos correligionário se acentuo algum ponto menos merecedor dos nossos aplausos.

Tenho em mãos o Programa Estratégico de Desenvolvimento do Governo Federal — publicação de julho de 1967 e janeiro de 1968. Nêle se considera a essencialidade da educação para o progresso e se proclama que sem ela poderá “frustrar-se o esforço nacional de desenvolvimento ou comprometer-se a vocação democrática do povo brasileiro”.

### ATRASO DE VERBAS

Diante de tão solenes afirmações, dir-se-ia que o Ministério da Educação contava com todo apoio para fazer face a suas altas responsabilidades. No entanto, vive êle em grandes embaraços mesmo no cumprimento de tarefas fundamentais. Já desta tribuna reclamei há meses, por exemplo, contra o atraso no pagamento das verbas de educação. Ressaltei mesmo, ao ensejo, que o ilustre Senhor Presidente da República enfatizou na sua campanha de candidato, e o repete sempre, que a educação é meta prioritária do seu Governo. Como atrasar-se assim o pagamento de verbas de educação? Tratava-se àquele tempo, agôsto de 1967, das bolsas de estudos, e logo depois o Senhor Ministro da Fazenda mandou pagá-las.

Informam-me agora que até hoje, a pouco mais de um mês do fim do segundo trimestre, as verbas das Universidades, da CAPES e do DESU, do Plano Nacional de Educação e dos Surdos-Mudos, enfim, as verbas do Ministério da Educação não foram pagas. Sei mesmo que os surdos-mudos passam as maiores necessidades.

Que nos diz a respeito o Sr. Ministro?

### COMPLEXIDADE BUROCRÁTICA

O Sr. Ministro Tarso Dutra — Seria verdade se estivéssemos no dia de ontem, porque exatamente hoje, pela manhã, recebi comunicação

do meu nobre colega Ministro da Fazenda de que mandou pagar imediatamente através de depósito no Banco do Brasil as verbas destinadas principalmente à CAPES e as do Ensino Superior que se relacionam com os programas de treinamento avançado, de bôlsas de estudos da CAPES e, também, essas verbas destinadas aos Institutos de Surdos-Mudos e de Cegos.

E prepara-se, ainda, o Ministro, para autorizar, nas próximas horas, o pagamento do primeiro trimestre de custeio das universidades brasileiras, depois que, há poucos dias, determinou o depósito de mais de 10 milhões de cruzeiros novos, para atender às despesas de custeio do quarto trimestre de 1967.

Quero, entretanto, ponderar ao ilustre Senador Arnon de Mello e à Casa que não há propriamente um atraso no pagamento de verbas, nem no meu Ministério, nem em qualquer outro. Se há um setor do Govêrno que já está recebendo alguma coisa, é o da educação. Os outros setores ainda nada receberam, até o momento. O que há é um complicado mecanismo, instituído nas leis do País, para atender ao serviço de pagamento de verbas nos primeiros meses do ano. O orçamento tem que ser detalhado; é um trabalho de muita demora, há discriminação de tôdas as verbas orçamentárias, através de um sem-número de algarismos e de papéis que, a seguir, devem receber aprovação do Ministério do Planejamento, para depois serem publicados no *Diário Oficial*. Esse detalhamento já toma, pelo menos, os dois primeiros meses do ano. A seguir, a Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda passa a examinar o cronograma de pagamentos, na área de todos os setores do Govêrno

— e aí são mais dias, e talvez mais meses, para que êsse trabalho seja concluído e se apresente, então, a oportunidade de começar a serem feitos os pagamentos.

Pelo que se vê, portanto, há uma complexidade burocrática que tem que ser estudada e removida para que desapareça isso que se afigura um atraso mas que, na verdade, corresponde ao tempo necessário para que tôda essa tramitação burocrática seja realizada até que os pagamentos comecem a ser feitos.

## REFORMA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

O SR. ARNON DE MELLO — Graças a Deus, Sr. Ministro, mas melhor seria que não houvesse essa complexidade burocrática e as verbas chegassem a tempo. Quando recentemente fui aos Estados Unidos, soube que vários bolsistas da CAPES estavam ameaçados de despejo de onde residiam porque não tinham recebido suas bôlsas em tempo para pagar seus compromissos de fim de mês.

A segunda pergunta ao Sr. Ministro:

S. Ex<sup>a</sup> referiu que está sendo estudada a reforma do Ministério da Educação, cuja estrutura superada não atende às exigências dos novos tempos. Poderia S. Ex<sup>a</sup> adiantar-nos alguma coisa a respeito?

## 37 MINISTROS EM 35 ANOS

O Sr. Ministro Tarso Dutra — Foi êsse o meu primeiro problema ao assumir as relevantes funções de Ministro da Educação: promover uma reforma de profundidade na estrutura, que eu diria arcaica, do Ministério da Educação e Cultura. Anote-se, para analisar a afirmação, que em 35 ou 37 anos de funcionamento êsse Ministério nunca sofreu uma só reforma, nem mesmo parcial.



Algumas coisas, que ali se faziam no sentido de modificar-lhe a estrutura através de portarias ministeriais, não davam organização. Funcionava sem a autoridade que só a lei, ou só os provimentos legislativos podem dar para que um órgão cumpra as suas relevantes tarefas.

Além da estrutura que não representava mais do que um arquipélago de serviços inteiramente isolados uns dos outros, a descontinuidade administrativa agravou mais ainda, ao longo dos tempos, as dificuldades no Ministério da Educação e Cultura, para que fôsse realizada, com maior intensidade, uma atividade educacional completa.

Basta dizer que, nesses 35 anos, ou pouco mais, de funcionamento do Ministério, por lá passaram 37 Ministros. Se temos em conta que um deles permaneceu durante 10 anos, podemos, então, nos certificar de quão pouco tempo permaneceram os demais. Sòmente no ano de 1966 houve cinco nomeações de Ministros, para ser exato, cinco investidas, mas apenas quatro pessoas, porque uma delas foi nomeada duas vezes: o Ministro Raimundo Moniz de Aragão.

Não era possível encaminhar coisa alguma num Ministério com tal funcionamento e organização de serviços completamente anacrônica, completamente ultrapassada.

Era natural convocasse eu os melhores colaboradores que pudesse encontrar no Ministério da Educação e no de Planejamento, para promover estudos cujo resultado nos conduzisse a uma reforma total. Estão eles já concluídos em fase de revisão final de minha parte, a fim de serem levados ao Sr. Presidente da República, dentro de poucos dias. Esses estudos alteram

completamente toda a estrutura do Ministério, emprestando-lhe feição nova, para dar aos serviços que serão organizados em decorrência dessa reforma a possibilidade de cumprirem as tão dificeis e tão complexas tarefas educacionais dos dias de hoje.

## NOVA POLÍTICA EDUCACIONAL

O SR. ARNON DE MELLO — Terceira pergunta, Sr. Ministro:

Como sabemos, se elaboramos a nossa Constituição Republicana com as vistas voltadas para a Constituição americana, o nosso sistema educacional, herdado do velho Portugal, sofreu influência francesa. Mas a França se empenha em passar da educação clássica para a tecnológica. Nós continuamos, entretanto, com o mesmo sistema educacional avelhantado.

Estimaria que o Sr. Ministro da Educação nos falasse sôbre a nova política educacional brasileira, tendo em vista a experiência dos outros povos.

## NENHUM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

O Sr. Ministro Tarso Dutra — Falar sôbre a nova política educacional do País seria quase escrever uma obra de muitos volumes, porque incontáveis são os aspectos que envolvem esta atividade, em qualquer país.

Quero, atráves do debate e de muitas perguntas que ainda possam ser formuladas, ir desenvolvendo, parcialmente, a tese central da nova filosofia educacional em nosso País.

Desde logo direi que nunca houve, em todos os tempos do Ministério de Educação e Cultura, qualquer planejamento educacional. Não

temos notícia de que, em qualquer oportunidade da vida do País, mesmo antes da existência do próprio Ministério da Educação, quando suas atribuições eram, então, da alçada de outro setor do Governo, houvesse sido formulada política educacional através de planejamento sério, organizado, que atendesse à nossa realidade educacional.

Pois bem, já há uma política educacional no Brasil; já há um programa perfeito e definitivamente estabelecido para os próximos anos de trabalho. Este programa, sob a presidência e a orientação pessoal do Ministro, não foi apenas feito pelos melhores especialistas e técnicos em educação do nosso País, e sim surgiu também como consequência de uma ampla consulta que dirigimos a tôdas as áreas geo-educacionais do Brasil, nos primeiros dias de nossa administração. A respeito, realizamos encontros em Manaus, em Natal, em Brasília, no Rio Grande do Sul. Depois, também nos encontramos com as forças produtoras na cidade de Volta Redonda, a fim de ouvirmos tôdas as autoridades educacionais, os educadores, de maneira geral, das áreas mais diversificadas do País.

## ENSINO UNIVERSITÁRIO GRATUITO

O SR. ARNON DE MELLO — A quarta pergunta ao Sr. Ministro:

As pesquisas mandadas fazer pelo Governo revelam que 5% sômente dos jovens que frequentam as Universidades integram grupos econômicos sem capacidade para finan-

ciar seus estudos universitários. 95% dêles são de famílias cujas rendas lhes permitem pagá-los. Entretanto, o ensino universitário é gratuito e o ensino secundário é pago. Que nos diz a êsse respeito o Sr. Ministro?

O Sr. Ministro Tarso Dutra — A diversificação estatística corre por conta da natureza do sistema educacional de nível médio. Enquanto a União por exemplo só tem um ginásio em todo o Brasil, uma escola de nível médio, o Colégio Pedro II, que ministra ensino gratuito, dispõe de vinte e três universidades que, por serem estaduais — uma até municipal — ministram o ensino gratuito em todos os cursos.

A Constituição tem princípio firmado, para tôdas as áreas de ensino, não distinguindo entre o nível médio e o nível superior de ensino, estabelecendo apenas que, na programação das atividades educacionais do País, no sentido do atendimento da juventude que passa pelas escolas de todos os níveis, os níveis médio e superior, que ultrapassam o primário, tenham o financiamento, a remuneração, por parte do aluno, do ensino que recebe, havendo apenas uma exceção para os carentes de recursos expressamente estabelecida, em preceito constitucional.

E' o que posso afirmar neste instante, sem prejuízo de dizer que, no sentido de atender aos alunos carentes de recursos que demandam escolas superiores do País, também está sendo formulada uma programação a fim de que haja incremento considerável no programa de bôlsas de estudos para alunos de nível médio e superior de estabelecimentos particulares, onde o ensino é pago visando à aplicação de um princípio predominantemente democrático: assegurar a todos os jovens brasileiros igualdade de oportunidades.



## O PROBLEMA DOS EXCEDENTES

O SR. ARNON DE MELLO — Quinta pergunta :

Acabo de ler um excelente livro recentemente editado na França sôbre a Alemanha Ocidental, de autoria de André Manon. Diz êle que “a miséria do ensino é universal mas particularmente impressionante no país do “milagre econômico”, a Alemanha. E cita várias cifras comprovando as dificuldades terríveis que a grande nação enfrenta quanto a excedentes, a salas de aulas, a professôres, etc.

Como disse S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro, o Govêrno conseguiu matricular em 1967 e 1968 mais de 10 mil excedentes. Todavia, o problema permanece. Que pensa S. Ex<sup>a</sup> fazer para resolvê-lo?

## O MESMO NÚMERO QUE OS E. U. EM 1890

O Sr. Ministro Tarso Dutra — Êste é um dos problemas de mais difícil solução em nosso País que, por ser um país ainda em desenvolvimento, com insuficiência financeira, não tem condições de atender a todo o contingente de alunos que desejam frequentar a escola superior.

No ano passado, convoquei todos os Reitores brasileiros para uma reunião no Rio de Janeiro, a fim de examinarmos, em conjunto, êsse grave problema cujo estudo foi desencadeado por ação, por iniciativa do atual Govêrno.

Já referi que 10 mil alunos foram acrescentados aos 23 mil da primeira série do ano passado como excedentes, pela concessão de novas vagas em tôdas as universidades.

Os Reitores, atendo-se aos têrmos rigorosos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que considera os cursos de habilitação classificatória correspondendo ao número de alunos, matriculando rigorosamente de acôrdo com o

número de vagas previamente fixado em cada curso, entenderam executar rigorosamente essa disposição legal em 1968, para não permitir o ingresso de um aluno a mais, além dos que haviam sido aprovados dentro das vagas previamente estabelecidas. Não puderam fazê-lo. Nem o Governo concordaria em que isto acontecesse porque, acima da lei, está o fato social. Se as nossas universidades dispõem de espaço ocioso, nossos professores têm o dever legal de dar dezoto horas de aulas por semana. Se recebem do Orçamento da República vultosas contribuições financeiras, e o Governo acaba de contrair vultosos empréstimos no exterior para o equipamento dessas Universidades, não há como fechar as portas aos alunos aprovados nos exames e que tem, por isso mesmo, o direito legítimo de estudar. A instrução não pode ser negada depois do esforço tremendo que o Governo está fazendo para acudir ao desenvolvimento da universidade brasileira, numa conjuntura que ainda permanece difícil para o atendimento de todos os aspectos globais da administração do País.

Estamos empenhados em esforços cada vez mais acentuados no sentido de aumentar esse contingente de alunos que deseja ingressar na escola superior. V. Ex<sup>a</sup> mesmo, ainda há instantes, se referia ao número considerável de matrículas asseguradas à juventude nos Estados Unidos e na União Soviética. A estatística é impressionante: formamos, hoje, no Brasil, o mesmo número de engenheiros que os Estados Unidos formavam no ano de 1890. E a Rússia Soviética forma quatro vezes mais do que os Estados Unidos. É verdade que lá a formação obedece a uma estrutura curricular mais reduzida.

Para solucionar êste problema, e para então atender imediatamente à indagação de V. Ex<sup>a</sup>, estamos, em primeiro lugar, contando decisivamente com a compreensão das Universidades brasileiras. Quero fazer justiça aqui a todas as instituições universitárias do Brasil, que acudiram à convocação do Govêrno para estudo do problema e, com a melhor compreensão, já o têm resolvido, até êste momento, de maneira satisfatória.

O número de escolas superiores também foi majorado consideravelmente pelo estímulo com que o Govêrno convocou as comunidades regionais brasileiras, as lideranças locais, as forças econômicas, para se reunirem a fim de somarem recursos e esforços e instituírem em todo o País escolas de formação técnica.

O número de escolas novas criadas por ação direta do Govêrno é grande, muitas vêzes colaborando financeiramente com novas instituições, com equipamentos que estão sendo importados da Europa e que já começam a desembarcar nos portos nacionais, podendo já aí encontrar-se uma outra fórmula de aumentar bastante o número de matrículas asseguradas aos alunos aprovados em concursos de habilitação e que não encontram oportunidade de estudar.

Mais do que isso, está projetada a própria reunião de universidades brasileiras que vai oferecer a solução mais eficiente e decisiva para êste grave problema, instituindo os cursos técnicos de curta duração para uma formação mais rápida, no tempo, e diversificando consideravelmente as formações profissionais de nível superior.

Nos Estados Unidos, há 2.000 Universidades, das quais 90% talvez sejam para es.

sas formações técnicas de duração mais reduzida, preparando o homem para atuar diretamente no desenvolvimento do País sem prejuízo de continuarem os cursos clássicos de cinco ou seis anos, formando profissionais de alta qualificação para comandar com uma formação mais aprimorada, num nível mais alto, o processo de desenvolvimento.

## ENGENHEIROS

O SR. ARNON DE MELLO — Senhor Ministro, a propósito de engenheiros, cuja formação V. Ex<sup>a</sup> focalizou, tenho alguns dados estatísticos recentes.

A Rússia possui 4 milhões e 500 mil engenheiros; os Estados Unidos possuem um milhão e 200 mil, e o Brasil apenas 34 mil. Engenheiros da Rússia são formados com dois ou três anos de estudos; dos Estados Unidos com três ou quatro anos. O Brasil é dos poucos países do Mundo que se dão ao luxo de formar engenheiros com cinco anos. No entanto, o engenheiro brasileiro não utiliza, nas suas atividades, nem trinta por cento dos conhecimentos adquiridos nas Escolas de Engenharia.

O engenheiro brasileiro não precisa de estudar tantas matérias nem delas carece para sua atividade. Poder-se-ia adotar na carreira do engenheiro o que se aplica na carreira militar. Ao sair da Escola, o Aspirante não está preparado para comandar como o Major. Ele precisa fazer curso de aperfeiçoamento, como, o Major para alcançar o generalato, precisa igualmente fazer curso especializado. Assim, o engenheiro que sai da escola como engenheiro de operação fará depois os cursos que quizer para obter melhores conhecimentos teóricos ou técnicos.

Alegro-me saber que há planos do Governo para reduzir o curso de engenharia. Acredito que com êsses planos do Sr. Ministro, não somente resolveremos o pro-



blema dos engenheiros brasileiros, tornando mais fácil ao jovem formar-se em engenharia, como aumentaremos extraordinariamente o número de vagas para que os jovens brasileiros possam estudar.

Sr. Presidente:

Várias outras perguntas tinha eu a fazer, inclusive sobre cursos agrícolas, tempo de duração de cursos de engenharia, treinamentos em serviços e estágios em oficinas, mas o Sr. Ministro se antecipou em respondê-las na sua exposição escrita.

Muito agradecido ao Sr. Ministro da Educação e Cultura. Estou satisfeito.

Senado Federal



SEN00032037